



O Ginásio Espírito Santo (1908-1930): livro, práticas de leitura e atividade literária

Espírito Santo Secondary School (1908-1930):
book, reading practices and literary activity

La Enseñanza Media em Espírito Santo (1908-1930):
libro, prácticas de lectura y actividades literárias

Maria Alayde Alcantara Salim
Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0003-4142-9244>
<http://lattes.cnpq.br/7413858625106947>
maria.salim@ufes.br

Regina Helena Silva Simões
Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-7554-3152>
<http://lattes.cnpq.br/6496906753146666>
regina.simoes@ufes.br

Resumo

O presente trabalho investiga práticas de leitura desenvolvidas no Ginásio do Espírito Santo, focalizando os espaços de leitura e as condições de acesso a livros, as formas de controle exercidos na escola em relação à leitura, leituras de alunos fora dos espaços escolares, indicações de obras didáticas e literárias adotadas, bem como uso e apropriação da leitura pelos alunos da instituição investigada. O trabalho foi norteado, principalmente, pelas reflexões teóricas de Marc Bloch, Michel de Certeau, Carlo Ginzburg e Roger Chartier. Ficou evidente que se, por um lado, nas salas de aula, a leitura e o trabalho com textos literários estavam a serviço do estudo da gramática e dos exercícios de eloquência, dentro dos rígidos princípios pedagógicos que regiam o ensino; por outro lado, a rigidez das normas sociais e escolares não se mostra capaz de coibir diferentes usos e apropriações da leitura.

Palavras-chave: Ginásio Espírito Santo; Práticas de Leitura; Ensino Secundário.

Abstract

This paper investigates the reading practices developed at the high-school Ginásio do Espírito Santo concentrating on reading spaces, access to reading material, types of reading control employed by the school, student reading habits outside the school space, school didactic and literary body of work selection, as well as the uses and appropriations of the reading material by the students at the mentioned institution. The research [methodology?] was mostly based on the theoretical reflections of Marc Bloch, Michel de Certeau, Carlo Ginzburg and Roger Chartier. The study results indicated that although classroom readings and literary text workings, under the strict pedagogical principles used at the time, did help students with their grammar and oratory abilities, the strict school and social norms were not enough to stop different uses and appropriations of the reading material.

Keywords: Ginásio do Espírito Santo; Reading Practices; High School.

Resumen

El presente trabajo investiga las prácticas de lectura desarrolladas en el Ginásio do Espírito Santo, centrándose en los espacios de lectura y las condiciones de acceso al libro, las formas de control ejercidas por la escuela en relación a la lectura, las lecturas de los estudiantes fuera de los espacios escolares, las indicaciones de los trabajos didácticos. Y textos literarios adoptados, así como usos y apropiaciones de la lectura por parte de los estudiantes de la institución investigada. El trabajo de investigación estuvo guiado principalmente por las reflexiones teóricas de Marc Bloch, Michel de Certeau, Carlo Ginzburg y Roger Chartier. La investigación indicó que si, por un lado, en las aulas la lectura y el trabajo con textos literarios estaban al servicio del estudio de ejercicios de gramática y elocuencia, dentro de los rígidos principios pedagógicos que regían la enseñanza, por el otro, la rigidez de las estructuras sociales y Las normas escolares no fueron capaces de frenar los diferentes usos y apropiaciones de la lectura.

Palabras claves: Ginásio do Espírito Santo; Prácticas de Lectura; Educación Secundaria.

No Brasil, o sistema de educação representa a principal via de acesso à leitura. Além de ensinar a decifrar a escrita, é esperado que a escola “capacite” o aluno a uma leitura hábil, que permita a apropriação de textos variados e promova *gosto pela leitura*. No entanto, as questões que envolvem a leitura não estão relacionadas unicamente com os espaços escolares. O desenvolvimento das habilidades necessárias para ler e interpretar o sentido de um texto não deveria ser tarefa exclusiva das escolas, já que a produção de sentidos da prática de leitura está intimamente ligada à memória cultural adquirida de ouvido e a uma tradição oral compartilhada, que enriquece as estratégias de interpretação semântica do texto. As novas formas de comunicação e circulação dos textos certamente atuam na configuração das práticas de leitura e nos sentidos produzidos pela leitura, e precisam ser consideradas em qualquer estudo sobre o tema, atualmente.

Entretanto, ao enfocarmos essas questões na atualidade, devemos levar sempre em consideração que a leitura não é um ato abstrato ou uma invariável histórica. As práticas de leitura, as formas de uso e apropriação do livro e o sentido atribuído ao ato de ler são variáveis e se apresentam diretamente relacionadas com as condições gerais que marcam uma determinada sociedade. Por isso, todas as questões, que envolvem a leitura e o livro, e suas relações com o sistema escolar precisam ser vistas, conforme alerta Chartier (2001), como sendo questões, ao mesmo tempo, contemporâneas e históricas.

Seguindo essa perspectiva, para focalizar historicamente os processos de configuração da leitura, em diferentes tempos e espaços, é necessário o reconhecimento das formas e das circunstâncias por meio das quais os textos são recebidos e apropriados por seus leitores. Nessa concepção, uma história das leituras e dos leitores deve “[...] ser a da historicidade dos modos de utilização, de compreensão e de apropriação dos textos” (Chartier, 1990, p. 9), ou seja, não existe texto fora do suporte que permita sua leitura ou fora da circunstância na qual é lido.

Em face ao exposto, este artigo tem como objetivo analisar, em uma perspectiva histórica, o envolvimento de sujeitos escolares no Espírito Santo, especificamente no Ginásio do Espírito Santo, localizado na capital Vitória, com o livro e a leitura. O tempo alvo das nossas investigações corresponde às primeiras décadas do século XX. Com o intuito de alcançar este objetivo, focalizamos os aspectos que marcaram a inserção e as condições de circulação do livro, na sociedade capixaba; as práticas de leitura e o uso do livro – didático e de literatura – nas diversas disciplinas, que integravam o currículo da instituição escolar investigada; as formas de controle exercido na escola, em relação à leitura, e o envolvimento de professores e alunos da instituição com o livro e a atividade literária, fora do espaço escolar. Por fim, destacamos que, compreendendo a leitura como uma prática estreitamente vinculada às demais práticas sociais, abordamos as questões de estudo na confluência das circunstâncias sociais, econômicas, políticas, culturais e educacionais, que marcaram a sociedade da época.

A instituição de ensino investigada ocupava um lugar de extrema importância no cenário educacional do Estado, pois, equiparada ao Ginásio Nacional do Rio de Janeiro, servia de modelo para as demais instituições secundárias do Espírito Santo. As escolas secundárias, que foram criadas posteriormente – públicas ou particulares – teriam que obedecer obrigatoriamente ao regimento do Ginásio do Espírito Santo, adotando o mesmo programa, sistema de avaliação, métodos de ensino e livros didáticos. Sendo assim, essa instituição apresenta-se como espaço privilegiado para a investigação das questões de estudo abordadas na pesquisa. O Ginásio, que atendia prioritariamente ao público masculino, formava o *bacharel em Sciencias e Letras*, que poderia, ao final do curso, prestar exames para ingressar no ensino superior. Os professores da instituição tinham uma atuação intensa em outras áreas da produção cultural, fato que favorece a percepção das ideias e concepções desses profissionais expressas em seus escritos publicados na imprensa local e nos livros.

No desenvolvimento do estudo, reconhecemos a complexidade que envolve o trato de questões relacionadas com as práticas de leitura, conforme destaca Certeau (2000), ao alertar para o grande desafio que a história da leitura enfrenta, ao buscar inventariar e racionalizar essas práticas que raramente deixam marcas e acabam por dispersar-se em uma infinidade de atos singulares e subjetivos, muitas vezes imperceptíveis ao olhar do historiador. Além disso, as interpretações produzidas pelos leitores não são, de modo geral, a mera reprodução do sentido que se deseja impor com a leitura de um texto. Reconhecendo os limites impostos ao trabalho de pesquisa, cabe ao historiador investigar quais circunstâncias governam a realização efetiva das práticas de leitura em determinado tempo e espaço por uma determinada comunidade de leitura. Essa perspectiva norteou todo o encaminhamento do trabalho e as análises das fontes documentais.

Em relação às fontes documentais, Certeau (2002) observa que o gesto inicial de toda pesquisa histórica consiste em separar, reunir e *transformar em documentos* determinados objetos que ocupam lugares e funções diversos. O historiador, em sua prática investigativa, produz os seus documentos, deslocando certos objetos de seu lugar original dando-lhes nova forma e estatuto. Tal perspectiva teórica opõe-se completamente à concepção positivista de documentos como objetos exteriores ao sujeito da pesquisa, que estariam prontos para prestar seu testemunho irrefutável e imparcial dos fatos históricos. Sendo assim, já não é possível conceber que a tarefa do historiador se limita apenas à aceitação passiva dos dados fornecidos pelas fontes documentais. Em seu trabalho de pesquisa, ele *constitui* os dados por meio de variadas operações. O material será copiado, recopiado, transcreto, recortado, fotografado para, enfim, a partir do entrecruzamento dos dados, dar origem a produção de um texto. Assim, norteados por essa perspectiva historiográfica, para mapear as circunstâncias vivenciadas e compartilhadas pelos sujeitos escolares na comunidade de leitores investigada, tomamos como fonte de pesquisa uma variedade de documentos: planos de curso, avaliações escolares, relatórios de inspetores educacionais e de secretários de instrução, legislação educacional, os escritos de diferentes origens produzidos por alunos e professores da instituição pesquisada e, por fim, as entrevistas dos ex-alunos da instituição¹. A diversificação das fontes decorre da própria natureza do trabalho de pesquisa, que focaliza questões bastante particulares e de difícil apreensão, pois, como alerta Bloch (2001, p. 80), para as pesquisas que investigam temas mais profundos, “[...] menos lhe é permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunhos muito diversos em sua natureza”.

No processo de avaliação das fontes documentais, conforme observado por Ginzburg (2002), o historiador precisa ter em mente que essas fontes são sempre um ponto de vista sobre a realidade e, por isso mesmo, seletivo e parcial. Além disso, são diretamente condicionadas pelas *relações de força* que se confrontavam no contexto da sua produção, conservação e manipulação. Os interesses políticos, a estrutura econômica, o cenário cultural, as condições de acesso são questões que atravessam e constituem as fontes documentais. Para fazê-las falar “[...] é preciso ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irreduzível a elas” (Ginzburg, 2002, p. 43). As informações fornecidas pelas fontes não se limitam apenas ao que está explícito em um primeiro olhar; elas nos informam realmente sobre aquilo que ocultam, pois “o que está fora do texto, está também dentro dele, abriga-se entre as suas dobras: é preciso descobri-lo e fazê-lo falar” (Ginzburg, 2002, p. 42).

Sendo assim, o trabalho segue os pressupostos da História Cultural cuja abordagem apresenta importante contribuição para a pesquisa histórica de maneira geral e, em especial, na educação, já que possibilita romper com um modelo de História etérea e desencarnada, buscando evidenciar como as pessoas comuns dão sentido às suas experiências cotidianas. Para

¹ As entrevistas foram realizadas no decorrer do ano de 2008.

interpretar as ações e construções de sentido dos indivíduos, os pesquisadores da *Nova História Cultural* voltaram seus olhares em direção às práticas. A observação da produção teórica na área educacional demonstra que, entre a história das práticas, um dos campos de pesquisa que alcançou maior repercussão nas últimas décadas foi a história da leitura, que apresenta, como principal referência teórica, os estudos de Roger Chartier. No Brasil, com a escola sendo o espaço primordial na formação do leitor, as pesquisas sobre a história da leitura priorizam as ações desenvolvidas no espaço escolar. É, principalmente, nessa área de estudo, que vem ocorrendo o encontro entre os pressupostos da História Cultural com a pesquisa em História da Educação no Brasil.

Além da ênfase dada às práticas, os historiadores culturais voltaram-se, nas últimas décadas, para o estudo da cultura material das sociedades humanas, com o objetivo de evidenciar os processos de circulação e apropriação culturais. Na pesquisa educacional, esse procedimento trouxe à cena fontes até então pouco exploradas, como textos didáticos, cartilhas, revistas e jornais, correspondências, regulamentações escolares - enfim, toda a variedade dos objetos que servem de suporte material para a circulação/apropriação das ideias pedagógicas. Cabe, ainda, destacar que a presença da perspectiva cultural, na pesquisa educacional, representou, fundamentalmente, uma oposição à tradicional história das ideias pedagógicas. O foco das análises foi deslocado dos sistemas das ideias universais para o conceito de *representação*, ou seja, como, em diferentes tempos e espaços, uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler (Chartier, 1990).

Os espaços de leitura, o livro e atividade literária: o cenário da capital Vitória

No Espírito Santo, o discurso de valorização das atividades literárias pode ser claramente percebido ao observarmos as publicações da imprensa e as discussões travadas entre as elites dirigentes durante o período focalizado. Ainda no Império, no ano 1875, o presidente do Estado, Dr. João Thomé da Silva, em seu discurso dirigido à Assembleia Provincial, chamou a atenção para a necessidade de organizar uma biblioteca no Estado. Destacou a importância desse empreendimento para incrementar a educação e a vida cultural local. Segundo suas informações, da Biblioteca Estadual, que foi criada no ano de 1855, a partir da doação de 400 volumes, por Brás Rubim, restavam poucos livros entregues *às traças e à poeira*:

Não sirva isso de desanimo; foi há desoito annos, que teve lugar sua fundação, e d'então para cá os tempos têm mudado. Hoje que a província, despertando desse lethargo, em que dormia, tenta levantar-se e caminhar, hoje que os espíritos como que se abrem às luzes da instrução, uma biblioteca Serpa um facho mais, que se accenda, e cujos luminosos raios não se apagarão (O Espírito Santense, 10 maio 1873, p.1).

Finalizou sua mensagem solicitando à Assembleia uma verba anual para compra de livros e pagamento de bibliotecário. Apesar da importância atribuída no discurso do dirigente do Estado, observamos, a partir do trabalho de entrecruzamento das informações produzidas na análise da documentação (Bloch, 2001), que a biblioteca funcionava de maneira muito precária e frequentemente tinha que suspender suas atividades de atendimento ao público. No ano de 1898, Pessanha Póvoa (1897), diretor de instrução pública, denunciava em seu relatório a pilhagem de livros e lamentava a pequena frequência de leitores:

nem a regularidade systematica e methodica da minha direção, nem a certeza de que ella funciona de 8 as 3 da tarde tem conseguido maior número de leitores. Os nossos poetas, jornalistas, políticos, litterarios, advogados e funcionários públicos, aqui poucas vezes aparecem. Acervo conta com clássicos e poucos autores modernos. Espero novos livros (Espírito Santo, 1897. p. 8).

Apesar do pessimismo do diretor de instrução, os dados publicados nos jornais da época, relativos à frequência mensal à biblioteca, mostram a presença de leitores. Por exemplo, no mês de junho de 1898, foram 276 consulentes, conforme o Jornal Estado do Espírito Santo (6 jul.1888, p. 1). A grande maioria procurava os jornais e revistas e, em segundo lugar, apareciam os livros de Literatura e História.

Nos anos seguintes, a Biblioteca Estadual permaneceu fechada ao público, sendo reaberta em 1909 pelo então presidente de Estado, Jerônimo Monteiro (1908-1912), que reproduzia, em seus discursos, a ideia da importância social da leitura: “[...] a bibliotheca, por proporcionar ao povo – sem distincção de categoria – a aquisição fácil e cômoda de conhecimentos que muito podem influir na vida individual e social” (Espírito Santo, presidente J. Monteiro, 1909, p. 13). Na ausência de um espaço adequado, a biblioteca foi instalada, provisoriamente, em um salão térreo da Assembleia Legislativa.

No acervo, integrado por cerca de 2.000 volumes, podiam ser encontradas as obras dos principais escritores nacionais e estrangeiros, como: José de Alencar, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Thomaz Antonio Gonzaga, Raymundo Corrêa, Fagundes Varella, Graça Aranha, Aluisio de Azevedo, Olavo Bilac, Sylvio Romero, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco, Vitor Hugo, Camões, Julio Verne, Eça de Queiroz, entre outros. Além dos clássicos da Literatura, o acervo contava com obras de História, Direito, Ciências Naturais, Filosofia (principalmente os positivistas e os retóricos romanos), obras religiosas, revistas, almanaqueas de leis e decretos.

A construção de um prédio específico para a instalação da biblioteca era sucessivamente adiada pelos diversos presidentes de Estado, sob a frequente alegação da falta de verbas e da pouca procura pelo público leitor:

A biblioteca esta instalada contígua ao arquivo em dois salões do pavimento térreo do congresso legislativo, com mobiliário modesto, e dotada das melhores obras do direito. Tencionava prepara-la com algum luxo porem as condições do estado me fizeram adiar esse projeto para tempos melhores. São poucos os visitantes da nossa biblioteca; apenas foi visitada no espaço de um ano por 1248 consultantes. Havendo muito pouca freqüência pela e a noite mantive aberta apenas das 11 as 3 da tarde. (Espírito Santo, presidente Marcondes de Souza, 1914, p. 187).

Além da falta de um espaço adequado, a biblioteca sofreu, durante toda a Primeira República, com a inficiência da administração que levava à deterioração e ao extravio do seu acervo. Esse problema era reconhecido até mesmo pelo presidente do Estado, sem que isso resultasse na adoção de qualquer medida para mudar o cenário:

Infelizmente, tão importante repartição não teve sempre os cuidados de direção zelosa que evitassem o lamentável estado de desordem e anarchia a que chegou ultimamente. A biblioteca não foi mais feliz do que o arquivo público, faltando-lhe absolutamente o zelo e o cuidado da administração. É necessário installar a biblioteca em lugar mais apropriado, reorganizar a catalogação e completar as coleções desfalcadas por desvios criminosos de várias obras (Espírito Santo, presidente Bernadino Monteiro, 1920, p. 51).

Em 1927, durante o governo de Florentino Ávido, foi construído um prédio na Rua Pedro Palácio para abrigar a Biblioteca e o Arquivo Público Estadual, que até então ainda se encontravam instalados, provisoriamente, nas dependências da Assembleia Legislativa. Nesse período, o acervo da biblioteca contava com 5.347 volumes e o horário de funcionamento, devido às solicitações dos usuários, foi estendido até as 21 horas. Esse fato demonstra que, apesar de toda a precariedade das condições estruturais, o público leitor crescia e com ele a demanda por novos espaços de leitura.

Em relação à atividade literária, observamos que, durante os primeiros anos do período republicano, não só no Espírito Santo, mas em todos os Estados que estavam localizados na periferia dos polos econômicos e culturais do País, desenvolviam-se centros literários e clubes de leitura, os quais colocavam em foco o problema da criação literária e a disseminação da leitura. Nesse período, Silvio Romero tornou-se o ícone de toda uma geração de intelectuais do Estado e suas ideias exerciam uma enorme influência na produção literária local. O escritor e político capixaba Affonso Cláudio, formado em Direito na *Escola do Recife*, foi um dos mais importantes divulgadores das suas ideias e uma referência fundamental para escritores e professores do Estado. Seguindo o modelo teórico de Romero, escreveu o livro *História da Litteratura Espírito Santense* com o propósito de apresentar um histórico das tradições folclóricas e da atividade literária do Espírito Santo. O estudo foi concluído no ano de 1907; contudo, o autor enfrentou enormes dificuldades para a publicação da obra. Rejeitado pela imprensa nacional e estadual sob a alegação de falta de recursos, o trabalho foi publicado cinco anos depois na cidade do Porto. Esse fato evidencia as barreiras encontradas pelos escritores locais na publicação dos seus trabalhos, mesmo quando se tratava de um representante da elite econômica local.

O livro didático *Noções de Literatura*, de autoria de Pimentel, professor de Português e Literatura do Ginásio Espírito Santo, é exemplo da influência dos pressupostos positivistas entre os escritores do Estado. Essa influência pode ser percebida logo nas primeiras reflexões teóricas tecidas pelo autor na introdução do texto:

A formação embryonaria de um país, a sua situação geográfica, o clima, a raça ou as raças que entraram na sua constituição, bem como as suas lutas e conquistas, o progresso e o retrocesso na marcha geral de sua existencia, as glórias que o corôam, as amarguras que o contrastam, numa palavra, o palpitar de toda a sua vida, - vão reflectir-se na obra de seus filhos mais illustres (Pimentel, 1917, p. 5).

O livro adotado em todos os estabelecimentos secundários do Estado, conforme Decreto Presidencial nº 3.347, de julho de 1917, seguia o modelo dos outros manuais da época, já que apresentava a literatura como um processo evolutivo associado ao movimento histórico geral. Descrevia as diversas escolas literárias e seus principais representantes (ênfase aos autores portugueses), destacando alguns trechos de suas obras mais significativas. Reservava uma parte do trabalho às expressões literárias nacionais e locais, evidenciando a preocupação da época

com a afirmação de uma identidade no campo das letras. Com relação à vida literária capixaba, afirmava: “*Nós nunca tivemos, e ainda hoje não temos, uma literatura própria, original, characteristicamente, definitivamente constituída*” (Pimentel, 1917 p. 96). Na verdade, esse tipo de afirmação era recorrente entre o círculo de escritores da época, que idealizava a produção de uma literatura capixaba conforme as referências e modelos externos.

A estética romântica, tão presente na produção literária dos jovens escritores capixabas, começava a ser alvo das críticas daqueles que se aproximavam da perspectiva realista. Essa postura pode ser percebida nos comentários tecidos pelo colunista do jornal *Gazeta do Povo* em relação aos dois livros de contos publicados, em 1889, pelo professor Francisco Rufino:

É sempre o velho tema de amor romântico e inconsolável, derretendo-se em ternuras e diluindo-se em beijos e affagos, flácido e bambo. Tem sido este e este será por muitos anos ainda o assumpto predilecto dos que se dedicam a litteratura entre nós, apesar da reação que se vae fazendo contra esse molde literário que sovado durante séculos, já não satisfaz ao espírito moderno, já não traduz a realidade” (*Gazeta do Povo*, 15 jan. de 1889, p.1).

Esses exemplos mostram que as letras passam a representar um instrumento de ação na tentativa de reconhecimento da nossa condição histórica e social, ainda que, inicialmente, essa reflexão estivesse atrelada aos modelos externos.

Nas gerações seguintes, os laços da produção literária com a realidade social tornavam-se cada vez mais estreitos. No início do século, autores como Euclides da Cunha, Graça Aranha e Lima Barreto, que, segundo Bosi (1994), já podem ser *chamados de pré-modernistas*, problematizaram, de forma ainda mais contundente, os diversos aspectos que configuravam a realidade social do país. Apesar de estarem mais atentos às particularidades históricas e culturais do Brasil, vivenciaram, com maior ou menor intensidade, o mesmo sentimento contraditório dos escritores de gerações anteriores - como traduziu Bosi (1994, p. 306), “[...] viveram uma consciência dividida entre a sedução da cultura ocidental e as exigências do seu povo, múltiplos nas raízes históricas e na dispersão geográfica”.

Euclides da Cunha, Graça Aranha e Lima Barreto tiveram publicações na imprensa capixaba; contudo, o mais reverenciado entre os professores secundaristas da Capital era o primeiro. O livro *Os Sertões* era leitura obrigatória para os alunos do Ginásio Espírito Santense. Além disso, serviu de inspiração para o professor Cecílio Abel de Almeida na realização de seu livro *O desbravamento das selvas do Rio Doce*, certamente uma das principais obras da historiografia capixaba sobre a Primeira República.

Na obra, o autor - em sintonia com espírito euclidiano - narra o período em que trabalhou como engenheiro na construção da ferrovia Vitória – Minas, entre 1905 e 1930, descrevendo a paisagem, o gentio, registrando seus costumes, suas cantigas e suas rezas. A organização do livro também segue o modelo de *Os Sertões*: a primeira parte apresenta uma descrição do meio físico das regiões próximas ao Rio Doce; a segunda, aborda a população de *índios* e *caboclos* que habitavam as regiões ribeirinhas. Na narrativa de Almeida (1959), *o caboclo do Rio Doce* é comparado com o sertanejo de Euclides da Cunha. Apropriando-se da célebre frase do autor, Almeida afirma: “[...] o caboclo é, antes de tudo, um forte”. (p. 35)

Assim, ainda que de maneira modesta, tornava-se mais frequente a incursão de escritores locais na atividade literária. Essa movimentação impulsionou a criação da Academia Espírito Santense de Letras, em julho de 1921, que contou com a ativa participação de professores do Ginásio: Aurino Quintaes, Elpídio Pimentel, Aristeu Borges de Aguiar e Aristides Freire, além de figuras ligadas ao cenário religioso e político do Estado. Esse fato evidenciou a estreita relação estabelecida entre esses diversos espaços da vida social.

A década de 1920 marcou ainda o avanço do mercado editorial de São Paulo, que, pela primeira vez, começou a ameaçar a histórica hegemonia cultural do Rio de Janeiro. Essa mudança fazia parte de uma série de transformações culturais que se desenrolaram a partir de São Paulo durante o período: *o Modernismo*. Esse movimento atingiu as diversas áreas da produção artística e aprofundou, de forma ainda mais radical, a relação da arte com referências da cultura local. No Espírito Santo, surgiram algumas informações sobre o tema na imprensa local nos anos de 1920. Contudo, como destacou Bosi (1994), os puristas e os leitores comuns recebiam com espanto as novas ideias. Para eles, até mesmo os versos livres eram vistos como uma *inovação ridícula*, e ainda preferiam os *versos de Olavo Bilac*.

A mesma reação de espanto e indignação em relação às novas ideias também pôde ser percebida entre os professores e escritores da Capital capixaba, como no caso do professor de Literatura do Ginásio Espírito-Santense, jornalista e escritor Ellpídio Pimentel. Em sua crônica quinzenal, publicada na *Revista Vida Capichaba*, de 30 de agosto de 1924, ele teceu uma dura crítica ao Modernismo, classificando suas ideias como *ridículas e malucas*. E prosseguiu:

esquecem-se os doidivanas da actualidade literária que sem cultura e sem talento, nunca haverá originalidade e finalidades estheticas [...]. Não poderemos crer que os novos metros arythmicos supplantarão os áureos sonetos de Bilac e Augusto dos Anjos (Pimentel, 1924, p. 20-21)

Essa também era a visão de Nilo de Freitas Bruzi, advogado e professor de Literatura do Ginásio Espírito-Santense. Na tese que lhe garantiu o ingresso naquela instituição de ensino, o autor apresentou um estudo sobre a literatura brasileira de sua época, analisando o movimento de 1922, focalizando, principalmente, o escritor Mario de Andrade e suas obras: *Há uma gota de sangue em cada poema*, *Paulicéa desvairada* e *Macunaíma*. A visão do professor em relação ao movimento e à obra do escritor paulista é a mais negativa possível. Enfatiza que “[...] é deplorável o quadro literário do momento atual, tentam formar uma escola literária, procurando destruir os nomes que se firmaram sem, entretanto, haverem construindo coisa alguma que mereça valia” (Bruzi, 1930, p. 50). Encerrou o seu texto fazendo uma profecia que, felizmente, não se concretizou: “[...] autores como Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Raul Bopp, vivem e vão morrer obscuramente para a felicidade da literatura brasileira” (Bruzi, 1930, p. 51). Considerando que o professor escreveu esse texto para ser lido por uma banca de avaliadores, podemos inferir que essa visão sobre o Modernismo predominasse entre os professores da instituição de ensino.

Entretanto, em artigos publicados na imprensa local, no final da década de 1920, é possível identificar uma postura diferente em relação ao movimento modernista. No ano de 1928, o jornalista João Calazans iniciava, na Revista *Vida Capichaba*, uma seção de crítica literária intitulada *Última Hora*. Nesse espaço, o autor, além de divulgar as ideias do movimento, fazia duras críticas ao estilo literário e ao padrão de leitura dos escritores locais:

Vou iniciar hoje a propaganda dos modernos, entre nós. Fotografar os lances de última hora do movimento vanguardista brasileiro. Aqui pouco se conhece (ou mesmo se desconhece) essa gente da realidade presente. Quando o Brasil inteiro acompanha, com simpatia, os trabalhos de ‘capacidade expressional’ da nova geração! [...] Portanto já é tempo de deixarmos esta história de classicismo. De fazermos literatura enfática. Em vez de decorarmos o catecismo de Camões, decoremos o diário americano de Ronald de Carvalho, ou o livro de horas de Romain Rolland. Decorar Camões não demonstra inteligência. Pelo contrário! (Calazans, 1928, p. 18).

No ano seguinte, a mesma revista publicava, na seção *Movimento Literário*, um artigo intitulado *Os maiores livros do anno*, reverenciando a originalidade dos escritores modernistas que, segundo o autor, atribuíram uma nova feição à literatura brasileira “[...] que não é mais aquella que, por vários séculos, fomos copiar aos portuguezes, franceses, italianos, etc.” (p. 22). E apresentava como os dois maiores livro do ano de 1928, *Retratos do Brasil*, de Paulo Prado e *Macunaíma*, de Mario de Andrade.

O jornal *Diário da Manhã* também passou a publicar, a partir de 1928, em sua seção intitulada *Página Literária*, artigos de autores modernistas, como Oswald de Andrade. A circulação das ideias modernistas no Espírito Santo - mais precisamente de uma subcorrente denominada *Movimento Antropofágico*, liderada por Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral - estava estreitamente relacionada com a atuação de Atílio Vivacqua, então secretário de InSTRUÇÃO do governo Aristede de Aguiar, e do jornalista Garcia Rezende, seu assessor e diretor do *Diário da Manhã*. Ambos haviam participado, em São Paulo, da *Revista Antropofágica* e buscaram no movimento os subsídios teóricos para a execução da reforma educacional e a implantação da *Escola Activa* no Espírito Santo. A aproximação entre o movimento artístico-literário e o pensamento educacional, que se manifestava no Estado, naquele momento, pode ser percebida no artigo de Garcia Rezende (1929, p.1):

O ensino antropofágico se apóia nas relações diretas e necessárias do homem com o seu meio físico. Por isso não reconhece e nem aceita a velha pedagogia que pleiteava a uniformidade da alma humana por meio de um modelo de alma coletiva por ela organizado.

Com a reforma educacional de Vivacqua (1929), o Governo Estadual estabeleceu, pela primeira vez, medidas mais sistemáticas para a disseminação dos espaços de leitura entre os professores e alunos das escolas públicas. O programa da reforma previa a organização de bibliotecas nas escolas públicas estaduais; a criação da biblioteca do professor, que funcionaria em uma sala anexa à Escola Normal e a organização anual de *feiras literárias*, com o objetivo de difundir as obras dos autores locais.

Para disseminar a leitura no interior, principalmente nas zonas rurais, foram criadas as *bibliotecas circulantes*, inspiradas em uma política de leitura desenvolvida, à época, pelo governo francês. O projeto consistia na formação de várias bibliotecas compostas de livros e revistas, que eram enviados pela Secretaria da Educação às escolas públicas para a distribuição nas respectivas localidades. O empréstimo do livro, que podia ser concedido aos alunos e seus familiares, era controlado pelos professores das escolas. Após devolvidos pelos leitores, o lote de livros era enviado à escola mais próxima, seguindo um roteiro estabelecido para a sua circulação. Dessa forma, as diversas bibliotecas circulavam por todas as escolas estaduais. Foram criadas 14 bibliotecas que começaram a percorrer as escolas dos municípios de Affonso Cláudio, Conceição da Barra, Colatina, Itabapoana, Moniz Freire, Marataízes, Barra do Itapemirim, Fundão e Timbuí. No entanto, a saída do grupo de Vivacqua, após o golpe de 1930, determinou o fim do projeto.

O Ginásio Espírito Santo: o livro e as práticas de leitura no espaço escolar

O Ginásio Espírito-Santense foi criado pela Lei nº 460, de 24 de outubro de 1908. Conforme a orientação do seu primeiro regulamento, o instituto de ensino deveria oferecer a “*instrucção secundaria necessária, não só para a boa direcção da vida social do cidadão, como para a matrícula dos cursos superiores e para a obtenção do grau de bacharel em sciencias e letras*” (Espírito Santo, Decreto nº 96, fev. 1908, cap. I, art.1, p. 85). O programa

e a metodologia de ensino, organizados por uma congregação formada pelos professores e pelo diretor da instituição, estavam submetidos às diretrizes estabelecidas pelo Regulamento do Ginásio Nacional. Segundo a orientação pedagógica que se fortalecia nesse período, devia ministrar uma instrução de “[...]feição essencialmente prática” (Espírito Santo, Decreto nº 96, fev. 1908, cap.I, art 2, p. 86).

De acordo com o programa de ensino, o Curso de Bacharelado em *Sciencias e Letras* era dividido em três áreas de estudo: línguas, ciências e artes. Para obter o diploma de *Bacharel em Sciencias e Lettras*, o aluno deveria, além de cumprir todas as disciplinas do programa e ser aprovado nos exames parciais e finais, prestar, ao final do curso, o chamado *exame de madureza*, que tinha por objetivo verificar se o aluno havia assimilado a soma da *cultura intelectual necessária* (Decreto nº 117, setembro 1908, cap V, art.47, p. 16). Para o aluno que não quisesse o grau de bacharel, tornava-se facultativa a realização das disciplinas de Literatura, Latim, Alemão, Grego, Mecânica e Astronomia. Nesse caso, receberia apenas o certificado de conclusão do ensino secundário, que não o habilitava para o ingresso em cursos superiores.

O ginásio era uma instituição completamente entrelaçada à vida cultural, política e econômica do Estado que, naquele momento, passava por profundas transformações. Foi responsável pela formação de toda uma geração de profissionais ligados à área educacional e às atividades culturais, como a imprensa e a literatura, a administração pública e a atividade política. Havia uma intensa relação entre essas diversas áreas, e as pessoas eram envolvidas em cada uma delas, visto que tinham em comum o propósito de construir uma nova imagem, tanto para o Estado quanto para si próprias. Nesse contexto, a existência de uma instituição como o ginásio tornava-se imprescindível para o movimento de afirmação local em relação aos estados vizinhos.

Apesar de as autoridades locais destacarem frequentemente, em seus relatórios, a necessidade de implantar uma biblioteca na instituição oficial de ensino secundário, o estudo da documentação selecionada e os depoimentos dos ex-alunos demonstraram que esse espaço de leitura nunca funcionou de maneira efetiva durante o período focalizado na pesquisa. O Ginásio Espírito Santo, responsável pela formação do bacharel de *sciencias e letras*, não contava com uma biblioteca e buscava suprir essa falta por meio de doações de particulares, conforme pode ser observado no relatório do chefe de Instrução Pública, no ano de 1922 (Espírito Santo, 1922, p. 39):

O que temos não é uma *bibliotheca*, por muito que se barateie este título. É simplesmente um projecto, um arremedo. Seria de toda conveniência que V. Exa, com toda boa vontade e entusiasmo pelo ensino, que o caracterizam, nos pudesse dotar com os livros adoptados no curso com duplicata. Do Snr Dr Sete, ilustre ex director do ensino, recebemos uma pequena coleção de preciosos livros, com o que muito nos penhorou mais uma vez.

No entanto, existiam os espaços de leitura fora do ambiente da escola, como a Biblioteca Pública Estadual e a biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo que podiam ser frequentadas pelos estudantes secundaristas da época. O Sr. Amorim, ex-aluno do ginásio, afirmou, em sua entrevista, que gostava muito de ler, hábito que conservou ao longo da vida e, por isso, era um assíduo frequentador da Biblioteca Estadual, na sua época de estudante. Lia todos os gêneros, mas, na juventude, gostava especialmente dos romances do escritor francês Alexandre Dumas, encontrados no acervo dessa biblioteca. Ao comentar sobre alguns aspectos, que marcaram seu processo de formação como leitor, destacou a importância de um professor de Português do curso de admissão do ginásio. Segundo ele, “[...] o professor Nunes era um sujeito extremamente erudito, que sempre apresentava, aos alunos, durante as aulas, as poesias

e romances dos escritores nacionais" (Amorim, 2008). Esse fato demonstra que, apesar de todos os obstáculos, a escola apresentava o potencial de promover o encontro dos alunos com o mundo da leitura (Chartier, 2002).

Outro programa literário frequentado por alguns estudantes secundaristas eram os saraus, realizados aos sábados pela manhã, nas dependências do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Nesse período, surgiram instituições voltadas para o desenvolvimento da pesquisa histórica e da atividade literária no Estado – o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (1916) e a Academia Espírito-Santense de Letras (1921) –, que se constituíram em novos espaços de leitura e acesso ao livro. Professores do ensino secundário da Capital, como Aurino Quintaes, Elpidio Pimentel, Cecílio Abel de Almeida, Carlos Xavier Paes Barreto, entre outros, participaram ativamente na formação e funcionamento destes espaços culturais da capital.

Se, por um lado, como vimos no relato de um ex-aluno, a escola representava um espaço de acesso à leitura, por outro, as leis da escola estabeleciam um rígido controle sobre todo material impresso que circulava entre alunos e professores. Como observou Certeau (2000), a prática da leitura é marcada por um movimento contraditório no qual se enfrentam a possibilidade da liberdade e os mecanismos de controle. Assim, o Decreto nº 177, de 12 de setembro de 1908, que regulamentava o funcionamento do Ginásio Espírito-Santense, estabelecia, em seu art. 84, a seguinte determinação: “[...] é vedado aos alunos, no estabelecimento, a leitura de livros e jornais ou quaisquer outros escritos não autorizados pela congregação” (Espírito Santo, 1909, p. 28). Entretanto, certamente, em vários momentos, os alunos conseguiam burlar essa determinação. Os ex-alunos da instituição pesquisada relataram, em suas entrevistas, que acontecia a circulação de revista e até dos temíveis romances entre os alunos das escolas. Segundo o Sr. Abreu, os romances de M. Delly circulavam entre as suas colegas da Escola Normal, e a convivência com o universo feminino fez com que ele se tornasse um leitor desse tipo de literatura. Disse ainda que algumas colegas tinham o costume de ocultar os escritos por baixo das cadeiras para ler durante as aulas mais entediantes (Abreu, 2008). Por conseguinte, como destaca Chartier (1999), apesar de todo o conjunto de regras sociais que visam a controlar a prática da leitura, os leitores sempre lançam mão de estratégias para obter livros proibidos e subverter as ordens impostas.

Passando para a questão dos textos utilizados no ensino secundário, é importante destacar que, nesse período, o livro didático já era visto como um material imprescindível para o bom andamento das aulas, conforme demonstrou um professor secundarista da Capital em artigo publicado na imprensa: “[...] o bom ensino se fará com um bom autor didáctico com um bom mestre. Um unido ao outro, as duas ações conjugadas, um expõe e o outro esclarece” (Diário da Manhã, 1919, p. 2). A escolha dos livros didáticos, para serem adotados no ginásio, seguia basicamente as orientações prescritas nos programas do colégio Pedro II. Na verdade, a maioria dos autores de livros didáticos, no Brasil, durante o período investigado, era constituída por professores da instituição de ensino oficial da República, como Eugenio Werneck, Fausto Barreto, Carlos de Laet, entre outros. Desse modo, o colégio Pedro II direcionava não apenas o programa, mas também o material didático que seria utilizado pelas demais instituições de ensino secundário do País. É importante destacar que, nesse período, alguns professores secundaristas das instituições oficiais de ensino do Estado como, Antunes de Siqueira, Elpídio Pimentel, Amâncio Pereira e Collares Júnior também ingressaram no mercado de produção de livros didáticos.

No programa do ginásio, além dos escritores do romantismo, figuravam nomes vinculados à corrente realista e pré-modernista, como Machado de Assis, de *Quincas Borba* e Euclides da Cunha, de *Os Sertões* (Espírito Santo, 1919). D. Helena lembrou como era realizada a leitura de *Os Sertões* na sala de aula: “[...] o livro era grande e pesado tinha que levá-lo todo dia para escola. O texto era lido pelos alunos em voz alta e depois comentado pelo professor” (Silveira, 2008). Na avaliação atual da ex-aluna do ginásio, a leitura desse livro não era adequada para

jovens com média de 13 anos de idade, por isso, na época, a tarefa se tornava tão desinteressante. Anos depois, teve um novo contato com o livro, e a impressão causada pelo texto de Euclides da Cunha foi completamente diferente da primeira experiência vivenciada no espaço escolar. Esse fato nos remete às reflexões sobre leitura tecidas por Chartier (2002), já que para o autor, as significações produzidas pela leitura dependem das formas e das circunstâncias por meio das quais os textos são recebidos e apropriados por seus leitores. Sendo assim, nos estudos sobre a leitura, torna-se imprescindível considerar que as formas de apropriação também produzem sentido “[...] e que um texto se reveste de uma significação e de um estatuto inéditos quando mudam os suportes que o propõem à leitura” (p. 6). Atualmente, essas reflexões são fundamentais na busca de novas estratégias de ensino, que promovam o encontro do aluno com o livro, ultrapassando o caráter meramente obrigatório da atividade de leitura no espaço escolar.

Nos programas de ensino das disciplinas de Literatura e Português, não há referências à produção literária dos autores modernistas que despontaram na década de 1920. Esse fato pode ser compreendido, se considerarmos, como já foi mencionado, a visão negativa dos professores dessas disciplinas em relação à produção literária modernista e às novas ideias propagadas por esse movimento cultural.

Identificamos alguns livros, que eram adotados nas disciplinas, que integravam o currículo do ginásio. Na disciplina de Literatura, eram adotadas as coletâneas publicadas pelos professores do Colégio Pedro II: *Anthologia Nacional*, de Fausto Barreto e Carlos Laet e *Anthologia Brasileira*, de Eugenio Werneck (Espírito Santo, 1919; Espírito Santo, 1921). A partir do ano de 1917, o livro *Noções de Literatura*, de autoria do professor Elpídio Pimentel, também passou a integrar o programa da disciplina. O livro tinha a mesma organização dos outros manuais da época, apresentando à literatura como um processo evolutivo associado ao movimento histórico geral, desde o antigo Oriente até a sociedade Ocidental do início do século XX. Destacava uma série de nomes da literatura mundial e nacional acompanhada de breve comentário sobre aspectos biográficos e suas principais obras. No último capítulo, focalizou a literatura capixaba, apresentando a obra dos seus escritores mais representativos. É importante destacar que, nessa seleção, não apareceu nenhuma representante da literatura feminina. Por exemplo, foi omitida a obra da professora e poeta Adelina Lírio, que, desde o final do século XIX, participava ativamente da vida literária do Estado com a publicação dos seus poemas na imprensa local. Na época, outros dois livros didáticos, escritos por professores secundaristas do Estado, integravam os programas de ensino das escolas. O mais antigo, *Geographia e História do Estado do Espírito Santo*, do professor Amancio Pereira, foi publicado em 1891 e, no ano de 1922, chegava à sua sexta edição. Nos programas de ensino, foi possível identificar ainda outras referências dos livros didáticos adotados, como:

Português: *Gramática expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira; Francês: *Selecta Francesa*, de Roquete; *Grammatica Franceza*, de F. De Oliveira e *Théâtre Classique*, de A. Régnier; Ciências: *História Natural* de Albert; Física: *Tratado de Physica Elementar*, de Francisco Ribeiro Nobre; Química: *Chimica*, de Pergueiro do Amaral; Geografia: *Atlas de Geografia*, de Olavo Freire, *Chorografia do Brasil*, de Mario da Veiga Cabral, *Compêndio de Geografia de Schorosoppi*; História: *Compendio de história do Brasil*, de J. M. Macedo; *Compêndio de História do Brasil*, de João Ribeiro e *Compêndio de História Universal*, de Raposo Botelho; Inglês: *Grammatica Inglesa*, de Guilherme Ferreira Rabelo; Alemão: *Grammatica alemã*, de Emilio Otto; Matemática: *Arithmetica Teórica*, de Cerqueira; *Tratado de Algebra*, de Bertrand e *Geometria*, de Thimóteo; Latim: *Gramática Latina*, de Peter e *Gramática Latina*, de José Ladislau (Espírito Santo, 1919; Espírito Santo, 1921; Diário da Manhã, 1922).

No trabalho com a documentação, observamos que, a partir da década de 1920, as questões relacionadas à qualidade do livro didático e com o seu uso em sala de aula passaram a permear as discussões pedagógicas travadas pelos professores do ensino secundário. No ano de 1921, um professor secundarista, que assinava uma coluna no *Diário da Manhã* usando o pseudônimo *Xis*, sugeria que o Governo Federal nomeasse uma comissão de educadores competentes para proceder à avaliação de todos os livros didáticos adotados nas escolas públicas, e apontava a má qualidade do material didático: “[...] há muita ridicularia, que precisa ser riscada dos catálogos de nossos livros escolares. As compilações mal dirigidas, as traducções inféis, as noções mentirosas, as imitações degradiosas, sem nenhuma originalidade, são os recursos comuns dos nossos escriptores escolares” (*Diário da Manhã*, 1921, p. 1). Três anos depois, o professor Ivan Chavirin, discutindo o papel do livro na educação, alertava para a inadequação da linguagem empregada nos manuais didáticos (*Diário da Manhã*, 1 de janeiro de 1924, p. 1):

Os nossos compendistas em geral escrevem para professores e não para estudantes. Uma tal tendência concorre para a transformação do ensino numa espécie de el dourado accessível somente aos privilegiados do cérebro. Assuntos mais simples do ensino são revestidos de uma linguagem solennemente carregada de *philosophia barata*. Os professores, por sua vez, prelecionando sobre um assunto qualquer, procuram encobrir a nudez do simples e do verdadeiro com roupagens espalhafatosas da oratória inútil e prejudicial ao ensino.

Os dirigentes da área educacional, no Estado, também se envolviam na discussão sobre o livro didático. O chefe de Instrução Pública, Mirabeau Pimentel, defendia uma política estatal de incentivo à publicação de livros didáticos pelos professores (*Espírito Santo*, 1924, p. 45):

Há imperiosa necessidade de se animar a publicação de obras didacticas. Entre os professores do Estado encontram-se alguns capazes de bons trabalhos didacticos, e por carência de recurso não metem mãos a empreza. Ajuda-los com prêmios e ainda publicação gratuita dos trabalhos que elaborarem, é um dever que impõe ao governo

Esse incentivo, como já foi destacado, animou a publicação de obras didáticas entre os professores do ensino primário e do ensino secundário. Antes de tratar especificamente do uso do livro e das práticas de leitura no espaço escolar, teceremos algumas considerações de ordem mais geral. A primeira questão diz respeito à visão dos profissionais do ensino em relação às habilidades de leitura e escrita apresentadas pelos alunos secundaristas. Professores e inspetores federais, em seus artigos e relatórios - como ainda ocorre na atualidade -, ressaltavam a má formação dos alunos em relação à leitura e à escrita, além da pouca disposição para a leitura dos livros indicados pela escola. Os inspetores de ensino atribuíam aos professores a responsabilidade pelo problema (Oliveira, 1918, p. 157):

Há, entretanto, uma cousa que no nosso humilde ver, deve ser tomado em consideração: a facilidade com que passam certificado de habilitação para o estudo secundário, a meninos que mal lêm, sem o necessário conhecimento da grammatica elementar da língua, facto que constantemente vemos, e donde decorre muitos prejuízos. Si lêm mal não podem compreender, não assimilam, e dahi a falta de gosto pelos estudos, o desanimo, e finalmente a deserção dos collegios! Não sabem ler em voz alta! Não respeitam à pontuação, nem há inflexão na voz; tudo é lido num tom cantarolado e gaguejado, **o que prova o descaso dos professores** por tão importante assumpto. Prosa e verso é a mesma coisa.

Por outro lado, os professores culpabilizavam os alunos e a formação recebida no ensino elementar (Pimentel, 1923, p. 571): “*Quantas vezes, nos cursos médios, o educador é forçado a gastar seu tempo com ditados e ensaios repetidos de leitura, para conseguir que seus alunos aprendam a ler e escrever, pois lhe chegam, das classes elementares ignorantes nessas duas disciplinas utilíssimas*”. Outra questão apontada pelo professor era a falta de interesse dos alunos pela leitura (Pimentel, 1917, p. 90): “[...] *mocidade contemporânea, salvo raríssimas exceções, não lê. As gerações passadas liam os clássicos: Goethe, Petrarca, Shakespeare e Victor Hugo*”. O professor foi aluno do Atheneu e, diante da precariedade das condições materiais que marcava o ensino secundário no Espírito Santo, tornava-se difícil imaginar a existência de uma juventude com tamanha erudição literária. A crítica do professor não era dirigida apenas ao baixo índice de leitura, mas também ao tipo de literatura que era escolhida pelos alunos (Pimentel, 1917, p. 95):

E os poucos que lêm, só escolhem, de preferência baratas traduções, inabilmente feitas, de chulos romances franceses, fonte inexaurível de charros galicismos e estapafúrdias construções sintáticas, com que maculam, sempre que podem, seus dissabores escritos de galiparlas incorrigíveis. Deleitam-se nessa literatura má, enervante, prejudicial, repleta de adultérios, traições e assassinios, que perverte o gosto e derranca o sentimento, que zimbra a virtude e chicoteia a moral. E são esses os livros favoritos e que mais se vendem nos dias que passam.

O romance de folhetim continuava sendo o principal alvo da crítica dos professores, visto que representava uma ameaça para o modelo de leitura estabelecido pelas normas do sistema escolar. Segundo esse modelo, a prática da leitura deveria ser um instrumento de afirmação dos valores morais vigentes, e qualquer leitura contrária a essa perspectiva deveria ser banida do espaço escolar.

A segunda questão está relacionada ao caráter autoritário presente nas relações de ensino, que envolviam os professores e os alunos no ambiente escolar. A determinação presente em todos os regulamentos do ensino secundário, durante o período histórico focalizado, ilustra claramente o controle disciplinar exercido pelas instituições de ensino: “[...] *os alunos são obrigados a sabbatinas e exercícios práticos e durante as aulas deverão estar atentos, respeitosos e dóceis às observações dos lentes e professores*” (Espírito Santo, 1925, p. 229). É preciso lembrar que, nesse período, o castigo físico ainda era uma prática presente em sala de aula e tolerada pelos profissionais da educação. Ainda se discutia a troca do castigo físico pela humilhação moral diante dos demais colegas de sala. Difícil é precisar qual seria mais danosa. Os ex-alunos entrevistados ressaltaram o autoritarismo e a agressividade da maioria dos professores. O Sr. Amorim lembrou-se da disciplina rígida e dos “solavancos” que alguns colegas receberam de professores (Amorim, 2008). Diante desse contexto, era de se esperar que a prática da leitura, assim como as demais práticas de ensino, estivesse submetida e delineada pelas regras disciplinares que vigoravam nas escolas. Contudo, devemos ter o cuidado de não resumir todas as experiências educativas desenvolvidas no espaço escolar a essa dimensão autoritária. A escritora capixaba Haydée Nicolussi, em uma crônica sobre os tempos de estudante, traduziu muito bem o caráter dual das experiências educativas vivenciadas na escola (Nicolussi, 1927, p. 16). A autora retrata tanto as experiências de controle como as de violência:

Nada há de mais chôco, mais comprovadamente idiota para a pedagogia moderna que aquelles terríveis livros em que aprendemos a ler na nossa infância. Sobretudo para os coitados que alcançaram, junto a monotonia criminosa dos livros, os bolos, a flexa, a meia dúzia de caroços de milho debaixo dos joelhos e o barrete pontudo com orelhas de burro.

Também se reportou às experiências que proporcionavam prazer e abriam caminho para a percepção do mundo:

João Kopke João Ribeiro Arnaldo de Moraes.... foram elles que me ensinaram o gosto das viagens e das anedotas celebres. Ninguem me falasse em comprar taboadas e geometrias novas que eu voltava murcha para casa. Mas uma listinha com o nome de um livro de leitura, que emoção.

Alguns profissionais da educação, influenciados pelas ideias da Escola Nova, que passaram a circular no Estado com as reformas educacionais² de Cardim (1908) e Vivacqua (1928), adotaram um discurso contrário ao método da memorização utilizado no ensino secundário. A crítica à permanência desse método de ensino pode ser encontrada nos escritos produzidos pelos professores, nos relatórios dos inspetores federais e nos artigos sobre a educação que circulavam na imprensa local. No trabalho escrito, apresentado no concurso de ingresso para professor de Português e Literatura do Ginásio Espírito-Santense, o professor teceu as seguintes críticas (Pimentel, 1917, p. 88):

Criminamos também os senhores mestres que deixam, nos estabelecimentos de instrução secundária seus alunos seguirem à vontade o método ingrato, reprovável da decoração, cansando a memória, extenuando as forças intelectuais, para meter no cérebro, improfiuamente, páginas e páginas de qualquer compêndio, esquecidos de ilustrar o espírito por essa forma extravagante.

Os professores de outras disciplinas, como História e Geografia, também passaram a discutir questões relativas aos métodos de ensino. O professor de Geografia do ginásio, em trabalho apresentado no congresso da área, criticou os métodos de ensino empregados no estudo da disciplina, que, segundo ele, “[...] consistia em uma enfadonha e estéril memorização de nomenclatura de rios, estreitos, lagos e cidades, sem cunho explicativo” (Barreto, 1923, p. 13). O professor de História, do curso complementar (curso de um ano intermediário entre o ensino primário e o ensino secundário), também discutia essa mesma questão em um artigo da *Revista Labor*:

ser professor, portanto, não é ditar pontos para serem decorados e em seguida recitados. Deve fugir da cronologia, dar a explicação um feitio de conto para torná-la atraente. Os professores vivem atarefados em dictar extensos pontos *ipsis verbis* do compêndio, para no dia seguinte ouvir-os reproduzidos em coro na classe. (Souza, 1926, p. 31).

² Sobre as reformas ver SALIM, Maria Alayne Alcantara. **Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas em escolas capixabas na primeira república.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. 2009.

Na imprensa local, principalmente a partir da década de 1920, circulavam vários artigos que criticavam os métodos de ensino adotados nas escolas secundárias da Capital (Diário da Manhã, 1921, p. 2):

Esquecem-se que a língua é um organismo vivo, móvel, inconstante, filha do pensamento humano que a cria, e que lhe imprime todas as variações de sua versatilidade admirável. Só os idiomas mortos podem sujeitar-se cegamente as regras e as leis da escola, imobilizando-se sob a opressão dos gramáticos.

O exame das fontes documentais mostra que, no Ginásio, o contato com a literatura era visto como um meio de aprofundamento no conhecimento da língua nacional e desenvolvimento da capacidade de escrita e análise de texto, conforme sugere o programa da disciplina:

O ensino da língua portuguesa e de sua litteratura será disposto de modo que no fim do curso de bacharelado o alumno não só possa fallar e exprimir-se por escripto corretamente na língua materna, mas também conheça os mais vernáculos prosadores e poetas brasileiros e portugueses (Espírito Santo, 1908, p. 89).

Enfim, conhecer a literatura era sinônimo de erudição e requisito para o ingresso no ensino superior. Identificamos que a leitura de trechos das obras literárias, em sala de aula, tinha como principal propósito desenvolver estudos relacionados à gramática. O programa de ensino das áreas de Português e Literatura, presente no primeiro regulamento do Ginásio, determinava que caberia ao professor das disciplinas realizar a leitura dos textos dos prosadores e poetas indicados no programa com os alunos,

obrigando-os a explicação dos termos, expressões idiomáticas, figuradas, etc, no jogo de synonymia e das paraphrases, emprego de vocábulos, redução de prosa literária a linguagem commun de verso à prosa litteraria ou vulgar, assim como de composições variadas e sucessivamente mais difficeis, que versarão sobre conhecimentos adquiridos, assumptos de ordem litteraria explicados anteriormente (Espírito Santo, 1908, p. 89).

A expectativa era que o estudo dos textos literários ensejasse a produção escrita entre os alunos, e o resultado dessa produção fosse publicado em uma revista do próprio ginásio. Segundo algumas informações colhidas na imprensa local, o ginásio chegou a lançar, nos primeiros anos de sua existência, um jornal literário intitulado *A Penna*, organizado pelos alunos Aurino Quintaes e Elpídio Pimentel, que, alguns anos depois, se tornariam professores de Português e Literatura do Ginásio e da Escola Normal. A publicação, pelo que tudo indica, teve uma existência breve e, depois disso, não apareceu nenhuma notícia de outra publicação literária da instituição de ensino. Outra prática muito utilizada em sala de aula, conforme foi mencionado pelos ex-alunos entrevistados, era a leitura dos textos literários em voz alta. O professor de Português e Literatura teorizava em sua obra didática sobre as vantagens dessa prática (Pimentel, 1932, p.640):

A leitura em voz alta é mais vantajosa do que em silencio, pois naquella as sensações musculares mais fortes, despertam melhor a actividade e a memória, assegurando-lhes duradouro desenvolvimento intelectual. A leitura em voz alta é preferível, porque, ao mesmo tempo, alcança a memória visual, a auditiva e a motora. E provado está que, quanto maior é o número de memórias parciaes, que collaboram na retencia de uma impressão, mais segura é a sua fixação.

O autor recomendava que os professores obrigassem os alunos “[...] a lêrem sem esforço, desembaraçadamente, fazendo as pausas necessárias, pronunciando os termos convenientemente, com as devidas entonações e inflexões vocálicas, acompanhando os sentimentos do autor, de maneira que demonstrem o sentido do que estiverem lendo” (p. 644). Nesse tipo de atividade, não estava em foco a percepção e a interpretação da obra literária. Toda a atenção dos alunos e dos professores era voltada para a leitura correta e fluente do texto. Esse é um dado importante, pois, conforme as reflexões tecidas por Chartier (2002, p. 124), a significação do texto depende, também, da maneira como ele é lido: “[...] em voz alta ou silenciosa, na solidão ou em companhia, em recinto privado ou praça pública”.

Além da leitura em voz alta, os alunos realizavam cópias de partes dos textos no caderno e na lousa, e apresentavam resumos orais e escritos das obras indicadas para leitura, conforme pode ser visto no programa de ensino do 1º ano secundário (Espírito Santo, 1910, p.1):

Leitura corrente e expressiva, primeiro de prosa, depois de verso, com o conhecimento theórico concernente aos preceitos techinicos que constituem a base de uma leitura consciente. Reprodução por escrito, na lousa, do trecho que constituir a lição, seguindo-se a isto a leitura do original. Reprodução oral do trecho lido, sendo prosa e sua conversão neste gênero se for verso. Fazer exposições e resumos, oraes ou escriptos, das poesias e dos capítulos lidos nesses livros.

Por fim, a análise dos documentos mostra que as formas de controle da leitura no espaço escolar eram inúmeras. O controle se estendia desde o tipo de leitura e, nesse aspecto, o romance de folhetim continuava a ser o principal perigo, pois “[...] as leituras exclusivamente romanesca fazem mal ao espírito e ao coração. As leituras morais são amenas e úteis. Devem ser, em virtude disso, essas o pospasto exclusivo das classes escolares”; até o corpo do leitor, estabelecendo a postura corporal que deveria assumir: “[...] é indispensável que o leitor mantendo-se em posição correcta, possa le-los, de porte erecto, sem curvar o dorso para a frente, conservando em regular distancia os olhos longe das palavras” (Pimentel, 1923, p. 576-577).

A identificação das formas de uso do texto literário em sala de aula remete a uma questão apontada por Bourdieu (2001, p. 241), ao analisar a relação histórica estabelecida entre a escola e o processo de formação do leitor e de acesso à leitura. Segundo o autor, quando o sistema escolar se torna a principal via de acesso à leitura, ele acaba tendo o poder de destruir uma espécie de necessidade de leitura: “[...] há um efeito de erradicação da necessidade de leitura como necessidade de informação: aquele que toma o livro como depositário de segredos, que possui o livro como um guia de vida, como um texto ao qual se pergunta a arte de viver”. Dessa forma, destrói essa perspectiva e constrói outra alicerçada nas leis e nos pressupostos pedagógicos que regem a vida escolar. Assim, a leitura do texto literário estava relacionada, em alguns momentos, com o ensino das regras gramaticais; em outros, representava um meio de refinamento social ou de afirmação dos padrões morais vigentes na sociedade, que a escola buscava reproduzir.

Conclusão

O desenvolvimento do ensino secundário, a partir do final do século XIX, aumentou a demanda por livros e obras didáticas, impulsionando o comércio livreiro na Capital. Os professores secundaristas lançaram-se na produção de livros didáticos, contando com o apoio fundamental do Governo Estadual, que financiava as publicações e indicava o material como leitura obrigatória nas escolas estaduais. Esses livros, escritos pelos professores, focalizavam principalmente temas relativos ao Espírito Santo, evidenciando a preocupação dessa geração em desenvolver estudos sobre os aspectos da história e da cultura regional.

No início do século XX, o ensino de Língua e Literatura, nas duas instituições oficiais de ensino secundário, estava nas mãos de integrantes do clero católico. O material de leitura indicado nos programas de ensino era composto, principalmente, por autores do Classicismo português, do Barroco (como Padre Antonio Vieira) e do Romantismo brasileiro. Predominavam, entre esses professores religiosos, as ideias difundidas no século XVIII por teólogos e filósofos portugueses, segundo as quais a prática das *boas leituras* como instrumento de refinamento social e formação do gosto. Essa visão do ensino de Literatura começou a sofrer modificações a partir do final da década de 1910, quando o ensino dessa disciplina passou a ser controlado pelos bacharéis em Direito, que retornavam ao Estado após concluírem seus estudos. Esses profissionais, influenciados pelos pressupostos positivistas, que circulavam nos centros de formação superior, viam na Literatura e na atividade literária uma forma de tomada de consciência da nossa condição histórica e social, bem como de expressão e afirmação da identidade. Essa perspectiva foi manifestada por Pimentel (1917, p. 16-17), na introdução do seu livro didático destinado ao ensino de Literatura:

A literatura e a história são irmãs gêmeas: caminham lado a lado nas trilhas da civilização humana. Estudar a literatura de uma raça, é estudar também a sua história, os seus triunfos, o seu progresso, as suas glórias, porque as raças tanto mais se engrandecem, quanto mais se abrillantam as suas literaturas.

Foram introduzidas ao currículo obras de autores do realismo e do pré-modernismo brasileiro. No entanto, as práticas de ensino e de leitura não sofreram alterações. É importante ressaltar que, na formação das moças, ainda prevalecia o ideal da leitura como meio de refinamento social. As obras de autores modernistas não constavam nos programas, uma vez que os professores dessas disciplinas eram completamente refratários às concepções literárias difundidas por esse movimento cultural. Contudo, no final da década de 1920, as ideias e os textos de escritores modernistas começaram a circular no Estado, graças, principalmente, à estreita ligação do secretário de Instrução Pública, Atílio Vivacqua, e sua equipe com o movimento modernista.

Além de identificar o que se lia, procuramos compreender, a partir de pequenos indícios, como esse texto era trabalhado em sala e qual o objetivo atribuído à leitura. Com a análise das fontes documentais, foi possível perceber que o uso do texto literário no ensino não tinha, a princípio, o propósito de desenvolver uma atividade de ensino de caráter mais subjetivo. Na concepção predominante dos professores da época, a literatura não era vista como um meio de desenvolver a percepção e ampliar a capacidade de análise dos alunos. Tampouco como uma forma de entretenimento ou exercício de imaginação, embora a literatura pudesse exercer essa função fora do espaço escolar. Como exemplo, o professor de Português e Literatura da Escola Normal, Aurino Quintaes, em sua crônica semanal no jornal *Diário da Manhã*, descrevia as sensações provocadas pela leitura de um conto de Monteiro Lobato (Quintaes, 1919, p.1): “*A impressão que me causou esse conto não se pode descrever – sente-se demais o seu efeito, a*

ponto da vibração privar o discernimento, de devanear com os seus segredos inteligíveis". No entanto, no espaço escolar, não havia tanta liberdade para o devaneio e o contato com o texto, que estava a serviço do estudo da gramática, ou dos exercícios de eloquência ou subordinado aos rígidos princípios pedagógicos que regiam o ensino.

Assim, a história das práticas de leitura evidencia que, em diferentes momentos e contextos – tanto na atualidade quanto no início do século XX -, o leitor é coagido por uma série de imposições de natureza política, material, religiosa ou pedagógica. Contudo, a análise minuciosa das fontes sinalizou que existe sempre a possibilidade de subverter a ordem imposta, de burlar as regras que controlam a leitura e de ler nas entrelinhas.

Referências

- ABREU, Antônio. *Ginásio Espírito Santo e Escola Normal*. Entrevista concedida à Maria Alayde Alcantara Salim. Vila Velha, 18 abr. 2008.
- AMORIM, Luís. *Ginásio Espírito Santo*. Entrevista concedida à Maria Alayde Alcantara Salim. Vila Velha, 20 mar. 2008.
- BARRETO, Carlos Xavier Paes *Ensino de Geografia: regras didactas*. In: BARRETO, Carlos Xavier Paes (org). *Anais do 6. Congresso de Geografia (SECÇÃO V)*. Victoria: Typ. do Diário da Manhã, 1923.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício do historiador*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura uma prática social: debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 231-266.
- CALAZANS, João. *A estranha bagunça*. Diário da Manhã, p. 3, 26 jan. 1931.
- CHAVIRIN, Ivan. *O livro na educação*. Diário da Manhã, 1 de jan. de 1924, p.1.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: a arte de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- CHARTIER, Roger (Org). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII*. Brasília: Editora UnB, 1990.
- ESPÍRITO SANTO (Estado). *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire pelo Director de Instrução Pública José Joaquim Pessanha Póvoa*. Rio de Janeiro: Typ Leuzinger, 1897.
- ESPÍRITO SANTO (Estado). *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espírito Santo pelo Director da Instrução Dr. Henrique Alves Cerqueira Lima em 13 de agosto de 1908*. Victoria: Typ e Papelaria Modelo, 1908a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espírito Santo, pelo Snr. Inspector Geral do Ensino Carlos Alberto Gomes Cardim em 28 de julho de 1909.* Victoria, Imprensa Official, 1909.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente do Estado (1912-1916: Souza). *Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo enviada ao Congresso do mesmo Estado na sua sessão de abertura a 15 de outubro de 1914 [por] Marcondes Alves de Souza, Presidente do Estado do Espírito Santo.* Vitória: Typ e papelaria Pimenta, 1914.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Diretor Geral do Ensino pelo Director do Gymnasio Espírito – Santense. Padre Elias Tommasi em 25 de abril de 1919.* Victoria, 1919 (documento manuscrito)

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1916-1920: MONTEIRO). *Relatório apresentado em 23 de maio de 1920 pelo Dr. Bernardino de Souza Monteiro ao passar o governo ao seu sucessor Sr. Coronel Nestor Gomes.* Victoria: Sociedade de Artes Graphicas, 1920.

ESPÍRITO SANTO (Estado) Relatório apresentado pelo Director do Gymnasio Espírito Santo Aristeu Borges de Aguiar ao Secretário da Instrucção Mirabeau da Rocha Pimentel. In: PIMENTEL, Mirabeau da Rocha. *Relatório apresentado pelo Secretário de Instrução a S. Exmo. Snr. Presidente do Estado do Espírito Santo.* Victoria: Typ Samorini e CIA, 1922

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NICOLUSSI, Haydée. *Os livros da escola.* Vida Capichaba. Vitória. Ano IV, n 46, p. 16-18, 1927.

OLIVEIRA, Adolfo. Pela Instrução. *Almanak do Estado do Espírito Santo.* Victoria: Typ Diário da Manhã. Primeiro Anno, 1918. p.157-158

PIMENTEL, Elpidio. *Postillas pedagógicas.* Vitória: Officinas da Imprensa Estadual, 1923.

PIMENTEL, Elpidio. Test. *Vida Capichaba,* Victoria, anno III, n. 43, p.16-17, abr.1925.

PIMENTEL, Elpidio. *Um punhado de galicismo:* pelo vernáculo. *Diário da Manhã* (Vitória), Typ. 1917.

QUINTAES, Aurino. *Sejamos Brasileiros.* *Diário da Manhã* (Vitória), 20 jul. 1919, p. 1.

REZENDE, Garcia. *A propósito do ensino antropofágico.* *Diário da Manhã* (Vitória), 1919, p.1.

SILVEIRA, Helena. *Ginásio Espírito Santo.* Entrevista concedida à Maria Alayde Alcantara Salim. Vila Velha, 18 mar. 2008.

SOUZA, Ernani. O ensino da História do Brasil. *Revista Labor.* Victoria. ANNO I. n.8, p.30-32, 1926.